



228 27
1

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO REGIMENTAL Nº: 0183889-9/01

AGRAVANTE: Maternidade Padre Geraldo Leite Barros, representada pelo
Município do Cabo de Santo Agostinho

AGRAVADA: Maria Aparecida da Silva

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

5523

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. EM FACE DE DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE DOCUMENTO OBRIGATÓRIO. 1. Regimental recebido como recurso de agravo (CPC, art. 557, § 1º), em homenagem à instrumentalidade das formas e à fungibilidade, porque comprovada a tempestividade. 2. A ausência de certidão de intimação da decisão não acarreta, necessariamente, a inviabilidade do recurso instrumental, se houver nos autos elementos concretos que permitam verificar a tempestividade. 3. Ocorre que, pelos documentos acostados à petição recursal, não se pode inferir a data em que a agravante teve ciência do *decisum* em questão. 4. Assim, a ausência da certidão de intimação, ou de qualquer outro elemento que permita aferir a tempestividade recursal, implica na deficiência na formação do agravo de instrumento e obsta o seu processamento. 5. Recurso de Agravo improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do processo nº 0183889-9/01, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade dos votos, em conhecer do agravo regimental como recurso de agravo e negar-lhe provimento, nos termos do voto relator, que integra o acórdão.

Recife, 21 de janeiro de 2010.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator

229 28
1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO REGIMENTAL Nº: 0183889-9/01

AGRAVANTE: Maternidade Padre Geraldo Leite Bastos, representada pelo
Município do Cabo de Santo Agostinho

AGRAVADA: Maria Aparecida da Silva

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO E VOTO

Trata-se de **agravo regimental** formulado em face de decisão terminativa que negou seguimento ao agravo de instrumento nº 0183889-9, ante à falta de documento obrigatório à formação do instrumento, no caso a adequada certidão de intimação.

Aduz o ora agravante que acostou cópia de todo processo originário (onde existem elementos suficientes para a certeza da intimação), razão pela qual deve ser reformada a decisão recorrida com o conseqüente julgamento do mérito do agravo de instrumento de que se trata.

Achando por bem não exercer o juízo de retratação, apresento nesta oportunidade o recurso de agravo para julgamento nesta Egrégia 8ª Câmara Cível.

É o que importa relatar.

Prima facie, observo tratar-se de recurso contra decisão monocrática que negou seguimento ao recurso por manifesta inadmissibilidade, sendo, pois, o caso de agravo legal, tal como previsto no art. 557, § 1º, do CPC.

Todavia, embora equivocadamente manejada, na hipótese, a via do agravo doméstico, o recurso merece conhecimento, em homenagem à instrumentalidade das formas e à técnica da fungibilidade recursal, porque comprovada a tempestividade.

Recebo-o, portanto, como agravo legal.

Eis a decisão que se pretende reformar:

*“Trata-se de **Agravo de Instrumento** interposto contra decisão prolatada pelo Juízo da Vara da Fazenda Pública da Comarca do Cabo de Santo Agostinho, que, nos autos da Ação Cautelar de Exibição de Documentos com pedido de Liminar (de nº 210.2008.000856-5), deferiu o pedido da autora/agravada no*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

sentido de determinar à agravante a apresentação dos documentos relacionados na petição inicial.

*De proêmio, em juízo de admissibilidade recursal, constato não ter sido acostado aos autos **documento obrigatório** à formação do instrumento, qual seja a **certidão de intimação**, em afronta ao art. 525, I, do CPC.*

*Por conseguinte, tendo em consideração que a decisão agravada (fls. 56) está datada de 02 de outubro de 2008 e que o presente agravo foi protocolado apenas em 23 de março de 2009, **não há como aferir a respectiva tempestividade.***

*Ademais, a jurisprudência pátria é uníssona no sentido de que o agravo de instrumento deve estar adequadamente formado **no momento de sua interposição**, não se admitindo o suprimimento posterior das peças obrigatórias.*

*Dai o entendimento deste Tribunal de Justiça no sentido de que o descumprimento do art. 525, I, do CPC, implica no **não conhecimento do agravo**, conforme se depreende do acórdão a seguir transcrito (por identidade de fundamento):*

“EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEÇA ESSENCIAL PARA A INSTRUÇÃO DO RECURSO. CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO. AUSÊNCIA NÃO SUPRIDA POR NOTA DE CIÊNCIA. – Preliminar de não conhecimento do recurso por falta de documento essencial acolhida. A falta de certidão de intimação, tendo em vista ser peça instrutória do agravo, enseja o não conhecimento do recurso. A nota de ciência não tem o condão de substituir certidão de intimação ante a ausência de fé pública da mesma. Unânime. (AI Nº 53637-4 – COMARCA DE RECIFE – TJPE – REL. DES. FERNANDO MARTINS)”.

*Ante o exposto, considerando a deficiência na formação do instrumento, **nego seguimento** ao presente agravo, o que faço com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil.*

Publique-se.”

Pois bem.

A ausência de publicação/intimação da decisão certamente não impede a interposição de recurso. Entretanto não pode existir dúvida quanto à tempestividade da peça recursal.

32 30
1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

No caso, transcorreram praticamente 06 (seis) meses entre a data da prolação da decisão agravada (fls. 56) e a interposição do agravo de instrumento, e pelos documentos acostados à petição inicial não se pode inferir a data em que a agravante teve ciência do *decisum* em questão.

Nesse contexto, a ausência da certidão de intimação, ou de qualquer outro elemento que permita aferir a tempestividade recursal, desponta a deficiência na formação do agravo de instrumento, circunstância que obsta o seu regular processamento.

Ante o exposto, considerando que as razões recursais não trouxeram elementos capazes de infirmar os fundamentos da decisão ora agravada, **nego provimento** a este recurso, recebido como agravo legal.

É o voto.

Recife, 21 de *junho* de 2010.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator